

# **Masculinidades negras e a Política Nacional de Assistência Social no Brasil: uma relação possível?\***

Daniel de Souza Campos  
Vanessa Cristina dos Santos Saraiva

## **Introdução: o que quer o homem negro?**

A proposta imbuída neste ensaio resulta de estudos sobre o lugar dos homens negros na política de proteção social brasileira, a partir dos seguintes eixos: relações de gênero, masculinidades negras e Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Para além disso, acreditamos que ser negro, pobre e homem são fatores decisivos que influenciam para o não aparecimento desse sujeito no campo da proteção social brasileira. Como bem definiu Fanon (2008), o homem negro muitas vezes é apenas um objeto no meio de vários outros.

Em novembro de 2024, quanto do cenário apontado por Fanon é atual? Quanto de passado há nesse presente sobre o Brasil, homem negro e inserção na PNAS? Nesse sentido, pensamos ser fundamental destacar que defendemos o entendimento de que qualquer análise da conjuntura brasileira precisa levar em consideração as categorias de raça e classe de forma não dissociada, compreendendo as particularidades históricas da formação do nosso país e seus desdobramentos contemporâneos em nossa dinâmica e organização social, política, econômica e territorial.

Nessa esteira, destacamos o Estado brasileiro como um agente ativo na aniquilação da população negra (Fernandes, 1976; Moura, 2014). Por meio de um Estado apoiado nos interesses das elites nacionais e internacionais, apresenta-se um processo profundo

---

\* DOI - 10.29388/978-65-6070-108-3-0-f.223-240

de negação de reconhecimento do homem, da mulher e da criança negra como sujeitos de direito, que vai da violência estatal e institucional, passa pela ausência de políticas públicas destinadas ao acesso à mínimas condições de vida e trabalho, pelas barreiras de acesso à saúde, educação, moradia etc.; pelo apagamento da história e cultura africana e pela naturalização do negro e negra como indivíduos subordinados, subalternizados e coisificados (Ianni, 1987; Fernandes, 1976).

Moura (2014) ao analisar a conexão entre as relações raciais e capitalistas no Brasil afirma o escravismo como um modo de produção, o que significa apontar a centralidade das relações étnico raciais na formação social brasileira. O autor também sustenta a dialética como um caminho fundamental na compreensão entre a forma e a essência do escravismo no Brasil. As análises de Moura contribuem deveras para a compreensão deste processo dialético que se realiza como modernização com o objetivo da manutenção de estruturas sociais de dominação e desigualdade, tendo o racismo como base de sustentação.

Dessa forma, pensar sobre o lugar dos homens negros nas ações da PNAS significa questionar sobre quem seria o sujeito alvo da assistência social, já que a Política, ao designar os sujeitos que necessitam de atenção, demarca quem são aqueles reconhecidos como vulneráveis e que serão considerados prioritários para os serviços e benefícios.

Todavia, ao preconizar a família como núcleo central na operacionalização da PNAS, atribui-se à mulher-mãe a responsabilidade tradicional do cuidado e do cumprimento dos critérios dos programas sociais existentes. Com base em Campos (2019 e 2020), podemos afirmar que no Centro de Referência da Assistência Social não há lugares e/ou oferta de ações específicas às demandas de homens para que estes acessem os serviços existentes, assim como a construção de grupos para que os mesmos reflitam sobre suas condições de vulnerabilidade social, saúde e, em especial, a autoria de violência contra suas parceiras.

Sem tratar os homens privilegiados como sujeito de pena, devemos reconhecer que as masculinidades não necessariamente se traduzem em experiências de privilégios. Para apoiar esse argumento é preciso apontar os principais indicadores de vulnerabilidade masculina no Brasil.

Em relação à saúde, os dados disponibilizados pelo SIM referentes aos óbitos masculinos por causas externas, na faixa etária entre 20 e 59 anos, no período de 2010 a 2023, indicam que o município do Rio de Janeiro registrou 21.234 mortes de homens brancos, enquanto o mesmo indicador para os homens negros somou um total de 39.973 mortes. Dito de outra forma, os homens negros morrem em média 54,9% a mais que os homens brancos por causas externas. (DATASUS-SIM, 2023). Por consequência, ao analisarmos a faixa etária entre 60 e 80 anos ou mais, verificamos que os homens brancos morrem 57% a mais que os homens negros. Tal dado é digno de nota, pois reflete o genocídio da população negra, pobre e periférica que é não conseguir atingir a longevidade.

Atualmente, o baixo índice de idosos autodeclarados negros no Brasil, nação de maioria preta e parda, indica essa desigualdade. Somente (7,9%) das pessoas com mais de 60 anos no país são pretas. Pardos representam (35,3%) e brancos (55,1%), de acordo com dados da PNAD (2022).

Em 2023, o Atlas da Violência (IPEA) apontou que entre os negros a taxa de homicídio também é maior que da população em geral: 50, 2 mortes por 100 mil habitantes. O número é quase cinco vezes maior em relação ao grupo de pessoas não negras (11,7 homicídios por 100 mil habitantes).

Um olhar mais atento para os aspectos referidos revela a urgência da construção de espaços na rede de atendimento para a problematização desses temas e sua incorporação na agenda dos serviços como resposta a demandas dos homens negros, a fim de possibilitar a elaboração de propostas inovadoras de prevenção das mortes, atenção à saúde, cuidado e na proteção social dos homens negros.

## **A construção social das masculinidades: algumas aproximações**

A masculinidade, em específico, situada no âmbito do gênero, se relaciona a um conjunto de atributos, valores e condutas que estrutura a identidade de ser homem, a qual varia ao longo do tempo e, especificamente, entre as classes e os segmentos sociais (Connell, 2007; Gomes, 2008; Oliveira, 2004). Para Connell (1995), nesse sentido, a masculinidade não é um estado, mas ao se relacionar às práticas, ela é uma posição e seus efeitos dentro das relações de gênero. Assim, mais do que definir masculinidade como um objeto, uma característica, um comportamento, uma normal, é preciso:

Focalizar no processo e relacionamento através do qual homens e mulheres conduzem suas vidas baseadas no gênero. Masculinidade é simultaneamente um lugar nas relações de gênero, a prática através da qual homens e mulheres comprometem-se com este lugar no gênero e os efeitos destas práticas nas experiências corporificadas, na personalidade e na cultura (Connell, 1995, p. 71).

Ainda que em cada sociedade possa haver um modelo hegemônico de masculinidade, esse conceito deve ser entendido no plural. Em outras palavras, é importante que se leve em conta diferentes masculinidades. Nesse contexto, Connell (1995) propõe pensar quatro práticas envolvidas na construção da masculinidade ocidental: hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada.

A concepção de masculinidades hegemônica de Connell (2001, 2007, 2010) se ancora no conceito de hegemonia de Gramsci. A hegemonia se refere à dinâmica sociocultural por meio da qual um grupo mantém liderança sobre outros. Segundo a autora, a masculinidade hegemônica: I) define-se como base na configuração de práticas genéricas que expressam padrões aceitos para que sejam asseguradas a posição dominante de homens e subordinação de mulheres; II) não se refere necessariamente a pessoas mais poderosas, mas a um tipo de masculinidade tida como exemplar; III) expressa ideais, fantasias e desejos que fornecem modelos de relações com as

mulheres e soluções para os problemas de gênero e, sobretudo, naturalizam as diferenças e as hierarquias de gênero; IV)reflete uma posição sempre disputável nas relações de gênero; V) não é um modelo fixo e, VI) não pode ser vista isoladamente, mas como aspecto de uma estrutura maior.

Ainda segundo Connell, a masculinidade hegemônica significa uma posição de autoridade cultural, liderança e dominação, mas não é totalmente dominante, uma vez que outras formas de masculinidade persistem ao lado dela. E é hegemônica não exatamente em relação a outras masculinidades, mas em relação à ordem de gênero como um todo. Contudo, não se trata de um modelo fixo e permanente ao longo da história. Como aspecto de uma estrutura social mais ampla, a masculinidade hegemônica não pode ser compreendida isolada de outros marcadores da diferença como classe, cor/raça, idade, orientação sexual, entre outros.

Dessa maneira, a masculinidade hegemônica remete a uma posição de distinção cultural e social para os homens, mas não necessariamente universal, uma vez que outras formas de ser homem são produzidas em função desse modelo. Ou seja, especificamente, sem a definição das masculinidades subordinadas, a definição de masculinidade hegemônica permanece incompleta (Cecchetto, 2004). Outro aspecto dessa masculinidade hegemônica, além de sua conexão com a dominação, é ser heterossexual. Entretanto, como lembra Cecchetto (2004), alguns heterossexuais são excluídos do *status* de legitimidade a partir da posição que ocupam na estrutura social e econômica.

Dessa maneira, homens pobres, negros ou homossexuais, em consonância com a dimensão de gênero, ocupam posições sociais subalternas e, portanto, distantes do ideal do modelo de masculinidade hegemônica de homens de classe média, brancos e, sobretudo, heterossexuais (Connell, 1995). Nesse sentido, a força do estereótipo está exatamente no fato de se legitimar, pela maior capacidade de persuasão do grupo hegemônico que se impõe, transformando sua ideologia em verdade universal. Deste modo,

representações da masculinidade negra como perigosa, são repetidas cotidianamente nos meios de comunicação, em especial, nos noticiários policiais e telenovelas (Souza, 2013).

No entanto, como destaca Vigoya (2018), não podemos ignorar a profunda cumplicidade que os homens compartilham no modelo hegemônico de masculinidade e o interesse que eles podem encontrar em apoiá-los, mesmo quando seus comportamentos individuais se distanciam parcialmente dele.

Nesse contexto, sob a influência de determinados modelos de masculinidades que, dentre outros aspectos, valorizam a dominação e a invencibilidade masculinas, os homens podem expor-se mais a riscos, como quando submetem outros à sua dominação ou reduzem seu autocuidado, comprometendo não só sua saúde como a dos demais, o que tem levado a mortes prematuras.

Assim, a história da origem dos estudos de gênero está ligada aos posicionamentos críticos da explicação do lugar da mulher na sociedade. Nesse contexto, a discussão sobre gênero se reflete nas dinâmicas sociais por meio das quais as identidades de gênero são socialmente construídas e, nesse processo de socialização, a família, a circunvizinhança, a escola, o credo religioso etc. atuam naturalizando certos pressupostos estereotipados. Os arcabouços de gênero que se constroem socialmente, tanto na infância como na adolescência, meninos e meninas vão absorvê-los como se fossem próprios. Portanto, esses construtos ao longo da vida social vão orientar a sexualidade, os manejos dos afetos, a adequação do vestuário e da cor, a escolha da profissão e a divisão sexual do trabalho. Homens e mulheres vão paulatinamente construindo a sua identidade social e de que maneira mostrar-se-ão na organização social da vida privada e pública (Scott, 1990; Gomes, 2008).

Trabalhar com a perspectiva de gênero possibilita que se considerem as condições que caracterizam as construções sociais acerca dos sexos, se configurando como uma forma mais abrangente e crítica de abordar as relações entre homem e mulher, entre homens e entre mulheres (Gomes, 2008). Essa compreensão implica que os

gêneros são atributos socialmente construídos em função de cada cultura; os modelos de gênero se constroem numa perspectiva relacional, de modo que a concepção de masculino se desenvolve a partir da de feminino e vice-versa; e o âmbito de gênero é o primeiro campo em que o poder se articula nas relações humanas (Scott, 1990).

Na contemporaneidade reivindicam-se a inclusão da categoria gênero, assim como raça, classe, etnia, idades e orientação sexual, na análise dos fenômenos sociais, com o objetivo de retirar da invisibilidade as diferenças existentes entre os seres humanos que, por vezes, encobrem discriminações. Trata-se, portanto, de problematizar as discriminações e os preconceitos associados ao gênero, no sentido de garantir a equidade como princípio para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, falar sobre as experiências de participação dos homens negros nas políticas sociais é romper, antes de tudo, com às concepções hegemônicas do que é ser homem, isto é, ter um emprego, uma fonte de renda que garanta o seu sustento e da sua família. Ou seja, ser o provedor acima de tudo. Em um mundo orientado pela lógica do consumo, regido pelo desejo socialmente expandido pela aquisição, essa “obrigação” masculina de trabalhar ou ganhar dinheiro torna-se fundamental para a formação de sua identidade social.

Seidler (1991), ao abordar os sistemas de hierarquia entre razão e emoção destaca que, a construção da subjetividade masculina, a partir da sua identificação com a racionalidade, se encontra corporificada, principalmente, na esfera pública, na qual os homens são chamados a assumir atitudes de independência e autossuficiência, que trazem como consequência o afastamento das necessidades efetivas em nome da razão. Ancorados no pensamento desse autor, entendemos que a tentativa de ser este homem competitivo, racional, ambicioso, forte, viril e independente, frequentemente significa, no mínimo, mascarar sua vulnerabilidade social.

Assim, propor a incorporação de uma perspectiva sobre o masculino nas ações dos serviços da rede socioassistencial, dentre outros aspectos, buscar a singularidade masculina é evidenciar outras

identidades masculinas, para que se possa buscar uma proteção social para ele voltada.

Nos anos 70 do século passado, surgiram, nos Estados Unidos da América, os primeiros estudos sobre a temática saúde do homem. Esses estudos foram poucos divulgados talvez porque representavam certas interseções: as desvantagens dos homens nos perfis de morbimortalidade em relação às mulheres e o fato de eles deterem mais poder do que elas em todas as classes sociais (Gomes, 2008).

De fato, parte da produção acadêmica sobre os processos de morbimortalidade em populações masculinas baseia-se nos referenciais conceituais de Connell (1995) e Kimmel (1992), que defendem que a masculinidade hegemônica gera comportamentos danosos à saúde, fazendo emergir fatores de risco importantes para o adoecimento.

No entanto, Oliveira (2004) ao refletir sobre essas produções apresenta uma importante crítica. O autor alega que:

Boa parte da literatura sobre masculinidade nos anos 70, através da inusitada (re)apropriação da ideia de fragilidade, abusou da argumentação em prol dessa nova transfiguração em que o homem se revela supostamente tão ou mais frágil do que a mulher. A ideia de uma masculinidade despontou como um verdadeiro achado para alguns autores que buscavam, naquele instante, elucidar a condição masculina (Oliveira, 2004, p. 146).

Convém destacar que mesmo nos trabalhos mais recentes, essa tendência estabelece, ainda hoje, um ponto de vista recorrente para aqueles que discutem o tema, tal como apontado criticamente por Oliveira (2004). Entretanto, segundo Medrado e Lyra (2014) ainda existe uma resistência em perceber que os homens não estão sempre na condição de dominadores, nas relações sociais generificadas e, mais ainda, que as relações de poder são jogos e não estados de dominação o podem inviabilizar a percepção de caminhos de transformação, reafirmando a divisão cristalizada de vítima e algoz.



Movimentos sociais como o feminista negro e LGBT foram os grandes impulsionadores – e ainda são – dos debates sobre a masculinidade, através de suas agendas políticas e da denúncia as desigualdades e violências a que esses coletivos estão submetidos (Nascimento, 2011).

Para Nascimento (2011), embora a dinâmica social tenha avançado nas discussões sobre relações de gênero a partir das reivindicações sociais desses movimentos e de seus desdobramentos em políticas públicas, ainda persistem relações pautadas na desigualdade e na hierarquia entre homens e mulheres e entre os próprios homens em todas as estratificações sociais.

Com o objetivo de dar conta dessa complexidade, a partir dos anos 1990, a discussão acerca da saúde do homem passou a incorporar, dentre outros aspectos, questões de gênero relacionadas a conexão saúde e doença no campo das masculinidades. No Brasil, a publicação especial do periódico *Ciência & Saúde Coletiva* de 2005 pode ser tomado como expoente dessa produção, já que destacava a necessidade de se aprofundar as relações entre ideologias hegemônicas de masculinidade e processo saúde-doença, para que a saúde de homens e mulheres fossem providas (Gomes et al., 2005)

Nesse contexto, outro marco importante foi o lançamento da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH) (BRASIL, 2009). A PNAISH tem como objetivo geral promover a melhoria das condições de saúde da população masculina do Brasil, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade através do enfrentamento racional dos fatores de risco e mediante a facilitação ao acesso, às ações e aos serviços de assistência integral à saúde. Seus objetivos específicos são organizar, implantar, qualificar e humanizar, em todo território brasileiro, a atenção integral a saúde do homem, dentro dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde; estimular a implantação e implementação da assistência em saúde sexual e reprodutiva, no âmbito da atenção integral à saúde.

Para viabilizar o projeto de criação da PNAISH, em 2007, o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPEs), da

Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde (MS), cria e estrutura a Área Técnica de Saúde do Homem (ATSH), posteriormente renomeada, em 2013, como Coordenação Nacional de Saúde do Homem (CNSH).

Com a instituição formal da PNAISH, o Brasil passou a ser o primeiro país das Américas com uma política destinada à saúde do homem e o segundo no mundo, após a Irlanda ter formulado a sua própria política, em 2008, que passam a ser sujeitos de foco de ações em saúde junto com grupos específicos mais antigos, a saber, adolescentes, mulheres, idosos, indivíduos institucionalizados, pessoas com deficiência etc. (Carrara; Russo; Faro, 2009).

Para atingir o seu objetivo geral, a PNAISH é desenvolvida a partir de cinco eixos temáticos: acesso e acolhimento; saúde sexual e saúde reprodutiva; paternidade e cuidado; doenças prevalentes na população masculina e prevenção de acidentes e violências (BRASIL, 2009).

Contudo, estudos de Knauth, Couto e Figueredo (2012) apontavam que, em alguns serviços da atenção básica, a implantação dessa política era traduzida por ações pontuais e geralmente voltadas para a dimensão assistencial, com pouca articulação com a política em questão. Segundo Leal, Figueiredo e Nogueira (2012), o não reconhecimento da diversidade de homens, por parte de gestores e profissionais de saúde, dificultava o planejamento de ações para implementar essa política, – mesmo passados dez anos de sua promulgação.

Em pesquisa mais recente Moreira, Gomes e Ribeiro (2016, p. 08), defendem que há uma novidade no cenário da atenção à saúde, tão reconhecido pela máxima de que “*o homem não vem ou que o homem não cuida da saúde*”, que diz respeito à indução para enfrentar essa ausência. Indução essa que é plural e sinérgica, destacada pela elaboração e promulgação da PNAISH no ano de 2009.

Junto a essa discussão, partilhamos da ideia de que os homens, mesmo apresentando condições adversas de vulnerabilidade social, não são considerados público-alvo das ações da assistência social.

Nesse contexto, Connell, (2016, p. 98) faz um importante questionamento: “*eles [os homens] estão dispostos a abrir as portas?*”. Visto que, de acordo com a autora, as masculinidades são também lugares de privilégios que fazem com que a maioria dos homens recebem dividendos patriarcais.

Considerando o questionamento levantado pela autora, acrescentamos as seguintes indagações: as instituições da assistência social estão dispostas a envolverem os homens nas ações da proteção social? qual tem sido o lugar dos homens no sistema de proteção social via Estado? Nesse contexto, não podemos deixar de racializar o debate. A racialidade será aqui compreendida como a noção relacional proposta por Carneiro (2005). Ela corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Logo, identificamos que ser branco e ser negro são polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades.

Para bell hooks, posicionamentos radicais que localizam homens negros, pobres e pouco-escolarizados no mesmo lugar que homens brancos de classe média e ricos, definindo-os do mesmo modo como os “inimigos”, os “opressores” e os “misóginos” silenciam sobre o lugar social quase similar que suas defensoras ocupam, muitas vezes, ao lado dos segundos (hooks, 2019 p. 69).

De tal modo, podemos argumentar que é a marcação de raça que garantirá aos homens brancos seguridade social, pois estes tiveram emprego formal, e a marcação da classe irá mantê-los como patrões. No pensamento de bell hooks (2019), identificamos que as representações da imagem do homem negro como preguiçoso e vagabundo ganharam força no século XIX e no começo do XX. Segundo a autora, os homens negros eram frequentemente retratados como figuras caricatas interessadas apenas em beber e se divertir. Tais estereótipos são uma forma eficiente de os brancos racistas apagarem

da consciência pública a importância do trabalho do homem negro. Estereótipos evocados ainda hoje.

Campos (2018) elenca quatro marcadores fundamentais que ajudam a compreender a performatividade da masculinidade negra. O primeiro é a narrativa do medo. Como mencionado anteriormente, o corpo negro foi e é classificado como uma ameaça. Ele pode matar, logo pode ser encarcerado, linchado ou despedaçado. O segundo diz respeito ao mundo do trabalho. O corpo do homem negro ainda está submetido à exaustão, a um cansaço físico e existencial. Segundo o autor, homens negros podem receber salários até 50% menores do que homens brancos, ainda que tendo as mesmas qualificações e experiência. O terceiro é a narrativa da sexualidade. O homem negro, através dessa concepção, não tem sexualidade, tem sexo. Não tem erotismo, tem coito. Não tem preferências e interesses tem disponibilidade insaciável para tudo e todos:

É como se existisse um lugar possível de ser habitado pelo homem negro numa sociedade racista e ele receber assim o tão desejado reconhecimento de sua existência, mesmo que graças ao interesse do outro em sua (des) humanidade. Ele goza (ao menos tenta) e faz gozar (ao menos promete) ainda que no restante da vida social permaneça na subalternidade. É um tipo de relação delirante entre o que consome o corpo e o que se deixa consumir para experimentar pífios momentos de aparente soberania. O homem negro quando tratado apenas como um pênis, e o pênis como coisa, é objeto de uma reificação grosseira e um ato de desumanização. E o homem que se disponibiliza a ser essa reificação dos outros caminha para uma solidão inevitável porque em algum momento não será mais objeto de interesse desse outro (Campos, 2018, p. 416).

Por fim, o quarto marcador apresentado pelo autor diz respeito a saúde mental do homem negro. A insegurança e a instabilidade emocional que tem se instalado nas interpretações das masculinidades negras. O suicídio, o abuso de álcool e drogas, a não verbalização dos sentimentos, o não lugar para a angústia, o conflito da paternidade, são alguns exemplos de seus dramas silenciados.

Concordamos com Custódio (2019), que esses controles representacionais, apesar das multiplicidades e subjetividades de

homens negros em constante negociação diante das violências impetradas pelo seu lugar de sujeito e estrutura, mantêm uma servilidade relacional.

Assim, reconhecemos que a (in)visibilidade da precarização socioeconômica dos homens negros tem como reflexo a legitimação e permanência de uma sociedade cisheteropatriarcal que atribui às mulheres o lugar da vida privada, da vida reprodutiva e que se traduz numa produção acadêmica em que falar de proteção social ainda é sinônimo de mulher. Paralelamente, não há como negar que as desigualdades sociais na vida das mulheres são uma constante histórica, mas postulamos que é necessário trabalhar com os homens negros ou conseguir trabalhar adotando o aspecto relacional.

A análise das perspectivas apresentadas acerca das vulnerabilidades sociais masculinas apresenta-se como uma discussão necessária, sobretudo quando pensamos a experiência vivida pelos homens negros, mas em momento algum tem o propósito de rejeitar os privilégios patriarcais (social, cultural, econômico, sexual, político etc.) presentes na estrutura social.

## **Conclusões**

Os questionamentos aqui levantados são pontos de partida para alavancar o debate sobre homens e masculinidades negras nas ações dos serviços da rede socioassistencial. Essa reflexão vem ao encontro da discussão que envolve o entrelaçamento das categorias homens, masculinidades e ações da proteção social básica no acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa.

Nessa direção, perceber os homens como sujeitos de direitos, e não somente como sujeitos de privilégios (de gênero), não implica o desconhecimento e a negação das assimetrias entre homens e mulheres no contexto social atual, mas apostar na pluralidade das masculinidades, na promoção da equidade e igualdade de gênero e na direção de um mundo mais justo e democrático.

Para trazer à tona esse objeto de pesquisa, é indispensável colocar na ordem do dia a análise crítica das ações de acompanhamentos dos homens negros nos serviços da rede socioassistencial, em volta do qual se articulam os significados sociais da masculinidade e da feminilidade que influenciam diretamente quem serão os sujeitos atendidos pelas ações socioassistenciais.

Corroborando com nossa incursão analítica, é interessante apontar o estudo realizado por Gasparotto e Grossi (2017) quando ressaltam que as produções existentes acerca da proteção social se dedicam a uma discussão bastante ampla do conceito, havendo poucas pesquisas que se destinam a investigar a proteção social a ser alicerçada pela assistência social, e, em especial, as seguranças sociais a serem por ela garantidas. Ademais, para os autores, as discussões que vêm sendo efetivadas a respeito das questões de gênero presentes no âmbito da Assistência Social têm priorizado o debate acerca da centralidade da mulher em relação aos programas de transferência condicionada de renda em nível nacional.

A perspectiva de gênero possibilita uma maior visibilidade às condições sociais em que os sexos são construídos, configurando-se como uma forma mais abrangente de se abordar as relações entre homens e mulheres. Desse modo, fazer uma discussão na perspectiva de gênero no campo das ações dos homens negros com a titularidade de benefícios socioassistenciais aqui é válido por considerarmos relevante lançar um olhar de gênero sobre as ações cotidianas da proteção social, compreendendo que os marcadores de gênero e raça, os modos de construção social de homens e mulheres importam para a oferta de serviços e promoção de ações de proteção social que considerem as demandas singulares da população masculina negra.

## Referências

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.  
**Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de Ações

Programáticas e Estratégicas Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009.

CAMPOS, A. de O. Masculinidades negras, subjetividades e suas (des)humanidades. In: **Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe.** (orgs.) Marisa Feffermann, Suzana Kalckmann, Deivison Faustino (Nkosi), Dennis de Oliveira, Maria Glória Calado, Luis Eduardo Batista e Raiani Cheregatto. São Paulo: Instituto de Saúde, p. 409-422, 2018.

CAMPOS, D.S. **O não lugar dos homens nas ações do Programa Bolsa Família: experiências de beneficiários e profissionais do município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2020, 241p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CARNEIRO, A.S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRARA, S.; RUSSO, J.A.; FARO, L. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 659-678, 2009.

CECCHETTO, F.R. **Violência e estilos de masculinidade. Violência, Cultura e Poder.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.  
CONNELL, R. **Gênero em termos reais.** Trad. de Marília Moschovich. São Paulo: Versos, 2016.

CONNELL, R. Lives of the businessmen. Reflections on life history method and contemporary hegemonic masculinity. **Österreichische Zeitschrift für Soziologie**, v. 35, n. 2, p. 54-71, 2010.

CONNELL, R. **Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science**, 2007.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. Trad. de Marília Moschovich. São Paulo: Versos, 1995.

CUSTÓDIO, T.A. Per-vertido Homem Negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição. *In*: **Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades** (Org.) RESTIER, H.; SOUZA, R.M.S – São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

DATASUS. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**. Óbitos de homens negros. Brasil, 2023.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GASPAROTTO, G.P.; GROSSI, P.K. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XX, n.38, p. 207-226, 2017.

GOMES, R. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

GOMES, R. et al. Organização processamento, análise e interpretação de dados e desafios da triangulação. *In*: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

hooks, b. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.



IANNI, O. **Raça e Classes Sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada**. Notas técnicas 3. ed. Rio de Janeiro, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**, 2023.

KNAUTH, D.R.; COUTO, M.T.; FIGUEIREDO, W. dos S. A visão dos profissionais sobre a presença e as demandas dos homens nos serviços de saúde: perspectivas para a análise da implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n. 10, p. 2617-2626, out. 2012.

KIMMEL, M. **La producción teórica sobre la masculinidade**: nuevos aportes. Isis Internacional – Ediciones de las Mujeres, p. 129-138, 1992.

LEAL, A.F.; FIGUEIREDO, W. dos S.; NOGUEIRA, G.S. O percurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens (PNAISH), desde a sua formulação até sua implementação nos serviços públicos locais de atenção à saúde. **Ciência & saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2607-2616. 2012.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. *In.*: **Feminismo e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. (Org.) Eva Alterman Blay. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 55-76. 2014.

MOREIRA, M.C.N.; GOMES, R.; RIBEIRO, C.R. E agora o homem vem?! Estratégias de atenção à saúde dos homens. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, 2016.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, M.A.F do. **Improváveis relações: produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2011.

OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora UFMG/ IUPERJ, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Cadernos SOS Mulher**, Recife, 1990.

Seidler VJ 1991. **Recreating sexual politics**: men, feminism and politics. Routledge, Londres-Nova York.

SOUZA, R.R. Falomaquia: Homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. **Revista Antropolítica**, n. 34, p. 35-52, 2013.

VIGOYA, M.V. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Trad. Alysso de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.